



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

POLIANA NUNES DE SANTANA

**PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES DA VILA DO CATIMBAU  
(BUÍQUE, PERNAMBUCO) ACERCA DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO  
PARQUE NACIONAL SOBRE A COMUNIDADE LOCAL**

Caruaru

2019

POLIANA NUNES DE SANTANA

**PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES DA VILA DO CATIMBAU  
(BUÍQUE, PERNAMBUCO) ACERCA DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO  
PARQUE NACIONAL SOBRE A COMUNIDADE LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Administração

**Área de concentração:** Administração

**Orientador:** Prof. D.Sc. Sandro Valença

**Coorientadora:** M.Sc. Daniella Ramos

Caruaru

2019

Catálogo na fonte:  
Bibliotecária – Paula Silva - CRB/4 - 1223

S232p Santana, Poliana Nunes de.  
Percepção de agricultores da Vila do Catimbau (Buíque, Pernambuco) acerca dos impactos da implantação do Parque Nacional sobre a comunidade local. / Poliana Nunes de Santana. - 2019.  
45 f.; il.: 30 cm.

Orientador: Sandro Valença.  
Coorientadora: Daniella Ramos.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Administração, 2019.  
Inclui Referências.

1. Conservação da natureza - Pernambuco. 2. Parques nacionais - Pernambuco.  
3. Percepção. 4. Mudança de atitude. 5. Trabalhadores rurais – Pernambuco. I. Valença, Sandro (Orientador). II. Ramos, Daniella (Coorientadora). III. Título.

CDD 658 (23. ed.) UFPE (CAA 2019-330)

POLIANA NUNES DE SANTANA

**PERCEPÇÃO DE AGRICULTORES DA VILA DO CATIMBAU  
(BUÍQUE, PERNAMBUCO) ACERCA DOS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO  
PARQUE NACIONAL SOBRE A COMUNIDADE LOCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Graduação em Administração, da  
Universidade Federal de Pernambuco, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
Bacharela em Administração

Aprovada em: 17/12/19.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. D.Sc. Sandro Valença (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

M.Sc. Daniella Ramos (Coorientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. M.Sc. Francisco Ricardo Bezerra da Fonsêca (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. M.Sc. José Artur Muniz (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao Criador, causa primária de todas as coisas, por me conceder força e determinação ao longo de todo o percurso acadêmico. Agradeço à minha família e, especialmente, aos meus pais — Aparecida e Amauri —, por quanto me apoiaram incondicionalmente, fornecendo todas as condições para que eu chegasse à Universidade e concluísse a graduação, dedicando-me com exclusividade aos estudos.

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Sandro Valença, por quanto me ensinou com sabedoria, atenção e paciência, e por acreditar em mim quando nem eu acreditava, apresentando o universo de possibilidades que a área de Administração oferece, e tendo despertado em mim o desejo de seguir a carreira acadêmica. Nunca encontrarei palavras suficientes para expressar toda a minha gratidão.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e a todos os professores que contribuíram com a minha formação, especialmente aos professores Cícero Castro e Luiz Sebastião, pelos aprendizados e pelas oportunidades profissionais que me concederam. Agradeço ao secretário do curso — Italo Soares —, por quanto foi prestativo, resolvendo, sempre, todos os problemas que estavam ao seu alcance.

Agradeço à minha coorientadora e aos professores participantes da banca examinadora — Daniella Ramos, José Artur Muniz e Francisco Ricardo B. da Fonsêca —, pelas observações e contribuições ao trabalho, as quais não de permitir o aperfeiçoamento deste.

Agradeço à minha amiga, Patrícia Campos, por tudo o que compartilhamos juntas — ideias, experiências, conhecimentos, alegrias e desesperos — e por me ouvir e aconselhar nos momentos de grande indecisão.

Agradeço aos amigos Ana Clara Lira, Giselle Maria, Joel Kálivisson e Líwerton Farias — pessoas especiais conhecidas ao longo do curso —, por quanto me incentivaram e ajudaram a ultrapassar obstáculos, e à equipe da Coordenação Setorial de Extensão e Cultura, por serem sempre tão acolhedores, tendo me recebido de braços abertos.

Por fim, agradeço ao importante auxílio concedido por Lindaura Melo, Marinalva Nunes, Agnaldo Vasconcelos, Dalvania Melo, Liliane Oliveira, Luiz Carlos da Silva Jr. e a todos os sujeitos entrevistados em função deste trabalho.

O homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza (MARX, 1968, p. 516).

## RESUMO

O Parque Nacional do Catimbau (PNC) é uma Unidade de Conservação (UC) criada em 2002, por meio de um Decreto, entre os municípios pernambucanos de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. É no primeiro que fica localizada a Vila do Catimbau (VC), principal acesso ao parque, a qual sofre todas as restrições impostas pela legislação ambiental. Ciente de que a implantação de toda e qualquer UC provoca alterações nos modos de vida das populações tradicionais moradoras de seu entorno, buscou-se, aqui, identificar quais os impactos da implantação do PNC sobre a comunidade da VC, à luz da percepção dos agricultores, afetos a trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais. Realizou-se, então, uma pesquisa qualitativa. Além do levantamento bibliográfico, foram realizadas entrevistas em profundidade com 10 agricultores — 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades entre 38 e 77 anos. Diante disso, verificou-se: dissonância de opinião entre os sujeitos no que tange aos impactos nos trabalhos realizados na VC; distanciamento entre novos e antigos moradores, que vieram explorar a atividade turística na região; aumento do número de visitas, beneficiando a um grupo restrito de moradores; primazia das necessidades de subsistência ante a necessidade de preservação da biodiversidade dos ecossistemas, exigindo-se do Poder Público ações para a regularização fundiária e fontes alternativas de renda. Recomenda-se, pois, a formulação de políticas públicas de trabalho e emprego, e sugere-se a replicação do estudo com grupos distintos de sujeitos, a fim de expandir os resultados.

Palavras-chave: Unidade de conservação. Parque Nacional do Catimbau. Percepção. Impacto.

## **ABSTRACT**

Catimbau National Park (CNP) is a Conservation Area (CA) created in 2002, through a Decree, between the Pernambuco municipalities of Buíque, Tupanatinga and Ibimirim. It is in the first that is located Catimbau's Village (CV), the main access to the park, which suffers all restrictions imposed by environmental legislation. Aware that the establishment of any CA causes changes in the ways of life of the traditional populations residing in its surroundings, it is sought to identify the impacts of the implementation of the CNP on the CV community, in the light of farmers' perceptions, affections to work, community relationship, visitations and environmental issues. A qualitative research was performed then. Beyond to the literature review, in-depth interviews were conducted with 10 farmers — 5 male and 5 female, aged 38 to 77 years. Therefore, it was verified: dissonance of opinion among the subjects regarding the impacts in the work performed in the CV; distance between local residents and new residents who came to explore tourist activity in the region; increased number of visitations, benefiting a restricted group of residents; subsistence needs over the need to preserve the biodiversity of ecosystems, requiring actions by the Government to regulate land and alternative sources of income. It is recommended, then, the formulation of public policies for work and employment, and it is suggested the replication of the study with different groups of subjects, in order to expand the results.

**Keywords:** Conservation Area. Catimbau National Park. Perception. Impact.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Mapa de localização da Vila do Catimbau, nas intermediações do PNC .....	15
Figura 2 –	Vale das Tartarugas .....	15
Figura 3 –	Paredão de Lapias Areníticos .....	15
Figura 4 –	Mirante do Chapadão .....	16
Figura 5 –	Pedra do Cavalo-marinho .....	16
Figura 6 –	Sítio Arqueológico Homens sem Cabeça, de Tradição Nordeste..	17
Figura 7 –	Sítio Arqueológico Alcobaça, de Tradição Agreste .....	17
Quadro 1 –	Perfil dos sujeitos entrevistados .....	26
Quadro 2 –	Caracterização dos recortes de fala dos sujeitos .....	27

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Unidades de conservação federais, por categoria .....	22
Tabela 2 –	Unidades de conservação federais, por bioma .....	23

## LISTA DE SIGLAS

AGTURC	Associação dos Guias de Turismo do Vale do Catimbau
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CONABIO	Comissão Nacional de Biodiversidade
ESEC	Estação Ecológica
EUA	Estados Unidos da América
FLONA	Floresta Nacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural
ONG	Organização Não Governamental
PARNA	Parque Nacional
PN	Parque Nacional
PNC	Parque Nacional do Catimbau
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio da Vida Silvestre
RPPN	Reserva Particular de Patrimônio Natural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UC	Unidade de Conservação
UPI	Unidade de Proteção Integral
UUS	Unidade de Uso Sustentável
VC	Vila do Catimbau

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>13</b>
1.1.1	Objetivo geral .....	13
1.1.2	Objetivos específicos .....	13
<b>1.2</b>	<b>Espaço referencial da pesquisa .....</b>	<b>14</b>
<b>1.3</b>	<b>Justificativa .....</b>	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Da criação das primeiras áreas protegidas ao surgimento de novas categorias de manejo .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>A legislação ambiental brasileira e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação .....</b>	<b>20</b>
<b>2.3</b>	<b>Impactos da implantação de unidades de conservação para as comunidades locais .....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>25</b>
<b>3.1</b>	<b>Delineamento da pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<b>3.2</b>	<b>A construção do <i>corpus</i> .....</b>	<b>25</b>
<b>3.3</b>	<b>Caracterização dos sujeitos .....</b>	<b>26</b>
<b>3.4</b>	<b>Técnicas de análise do <i>corpus</i> .....</b>	<b>26</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1</b>	<b>Percepção de sujeitos acerca de impactos afetos ao trabalho .....</b>	<b>28</b>
<b>4.2</b>	<b>Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos ao relacionamento entre a comunidade .....</b>	<b>29</b>
<b>4.3</b>	<b>Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos às visitas .....</b>	<b>30</b>
<b>4.4</b>	<b>Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos às questões ambientais ....</b>	<b>31</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>35</b>
	<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>42</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Desde as últimas décadas do século XX, a criação de áreas naturais protegidas tem se intensificado como a principal política adotada por vários países, a fim de garantir a conservação da biodiversidade presente em distintos ecossistemas. Tal processo teve sua gênese em período posterior à Revolução Industrial, quando a exploração sem limites e a consequente degradação dos recursos naturais despertaram sérias preocupações quanto às possibilidades de sobrevivência daquela e das futuras gerações humanas, por exemplo.

Uma vez que esta conjuntura foi resultado de ações antrópicas, caracterizou-se como negativa a relação entre natureza e sociedade. Logo, ambientalistas norte-americanos passaram a defender a formação de “ilhas” de grande beleza cênica, onde o consumo e a ocupação seriam proibidos, pois, somente assim, o ambiente ecológico seria preservado. Semelhantes princípios pautaram a delimitação do primeiro parque do mundo — o de Yellowstone, nos Estados Unidos —, no qual não era permitida colonização, ocupação ou venda, segundo a legislação americana (DIEGUES, 2008; MILLER, 1980).

O paradigma inovador foi transposto ao restante do mundo. E, em especial, em valiosas áreas naturais de nações que hoje podem ser reconhecidas como componentes do “Sul global”<sup>1</sup>, ele vem gerando graves conflitos e críticas, sobretudo pelas interdições de uso impostas às comunidades tradicionais, moradoras delas, muitas vezes há milênios, sobrevivendo em função da prática de atividades de subsistência — a exemplo da agricultura e da pecuária de baixo impacto —, as quais foram impedidas de serem realizadas (BRITO, 2008; DIEGUES, 2008).

Hoje, existem várias classes de manejo de áreas naturais, com objetivos diversos. Algumas, inclusive, admitem não somente a utilização dos recursos disponíveis de forma racional e sustentável, como também a presença do homem. É notório que, mesmo nestas, onde a ocupação humana é permitida, o estabelecimento de uma área protegida interfere profundamente nos modos de vida das comunidades, afetando sua organização social e sua sustentabilidade (SANDRONI; CARNEIRO, 2016).

No Brasil, a despeito da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que regulamenta, também, as Unidades de Uso Sustentável (UUS), a categoria de manejo mais abrangente, tanto em quantidade — 73 — quanto em área — 26.517.092,54

---

<sup>1</sup> O “Sul global” é um conceito geopolítico, que se refere a todos os países ou regiões que foram marcados por uma história de subordinação ao colonialismo, ao patriarcado e ao capitalismo, possuindo, portanto, uma estrutura social e econômica caracterizada por grandes desigualdades nos padrões de vida e no acesso aos recursos (SANTOS, 2019; SANTOS; MENESES, 2009).

hectares —, continua sendo o Parque Nacional (PN) (IBGE, 2017). De imediato, então, define-se que o PN e a comunidade tradicional são, aqui, objetos de estudo.

Em particular, para efeito deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), utilizou-se o Parque Nacional do Catimbau (PNC) como Unidade de Conservação (UC) de referência, com vista a se atribuir ao estudo mais objetividade operacional.

Com base no presente contexto, emerge o problema de pesquisa do TCC, expresso pela seguinte pergunta:

*Quais foram os impactos afetos a trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais, decorrentes da implantação do Parque Nacional do Catimbau, sobre a comunidade da Vila do Catimbau, no município de Buíque (Pernambuco), percebidos pelos agricultores moradores locais?*

Note-se, aqui, a opção por abordar a implantação do PNC e os impactos sobre a comunidade da VC a partir da percepção dos agricultores moradores locais por estes serem os cidadãos mais diretamente ligados à UC pernambucana. Além disso, boa parte dos referidos agricultores é descendente de Kapinawás, povo tradicional, que ocupa a área do Parque e de suas imediações há séculos.

## **1.1 Objetivos**

### **1.1.1 Objetivo geral**

*Identificar os impactos afetos a trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais, decorrentes da implantação do Parque Nacional do Catimbau, sobre a comunidade da Vila do Catimbau, no município de Buíque (Pernambuco), à luz da percepção dos agricultores moradores locais.*

### **1.1.2 Objetivos específicos**

À consecução do objetivo geral do TCC, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

*Descrever quais foram os impactos resultantes da implantação do Parque Nacional do Catimbau, sobre a comunidade da Vila do Catimbau, percebidos por agricultores moradores locais, afetos a:*

- I - *Trabalho;*
- II - *Relacionamento entre a comunidade;*
- III - *Visitações; e*
- IV - *Questões ambientais.*

## **1.2 Espaço referencial da pesquisa**

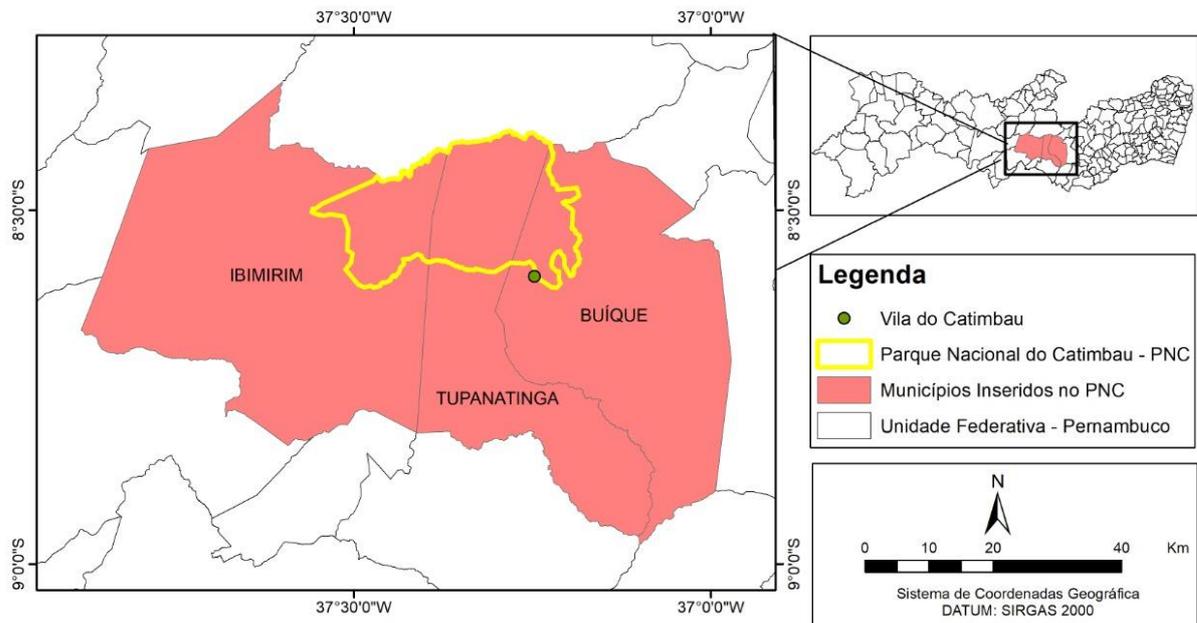
Os espaços referenciais desta pesquisa foram o Parque Nacional do Catimbau (PNC) e a Vila do Catimbau (VC) — adjacente a ele —, a qual tem absolvido a maioria dos impactos decorrentes da implantação de uma Unidade de Conservação (UC).

O PNC é uma UC federal do grupo de proteção integral, criada em 13 de dezembro de 2002, por meio de decreto (BRASIL, 2002). Ele se localiza no interior do Estado de Pernambuco, na Região Geográfica Imediata de Arcoverde (IBGE, 2017), abrangendo parte de três municípios: Ibitimir, Tupanatinga e Buíque — ver Figura 1.

O local está inserido na Bacia Sedimentar do Jatobá. Por tal motivo, no final do século XX, a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) sondou a geologia da região a procura de petróleo. Não encontraram o recurso natural, mas se depararam com uma belíssima geomorfologia e com uma valiosa área restante do único bioma exclusivamente brasileiro, típico do clima semiárido — a Caatinga (AB’SABER, 2003; COUTINHO, 2016) —, bem conservada e com características originais. Diante disso, propôs-se a transformação da área em uma UC.

Com uma dimensão aproximada de 62.300 hectares, o PNC tem por fim a preservação dos ecossistemas naturais existentes na região, permitindo práticas de pesquisa científica, de educação ambiental e, ainda, de turismo ecológico (BRASIL, 2002). Ele — assim como todas as outras UC — é administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2000, 2007).

Figura 1 – Mapa de localização da Vila do Catimbau, nas intermediações do PNC



Fonte: A autora.

Uma das Sete Maravilhas do Estado (JC ONLINE, 2007), entres seus principais atrativos, destacam-se as paisagens naturais, compostas por formações rochosas sedimentares, de belezas exuberantes e configurações diversas, resultantes dos processos erosivos que ocorreram ao longo de milhões de anos — ver Figuras 2, 3, 4 e 5.

Figura 2 – Vale das Tartarugas



Fonte: A autora.

Figura 3 – Paredão de Lapias Areníticas



Fonte: A autora.

Figura 4 – Mirante do Chapadão



Fonte: A autora.

Figura 5 – Pedra do Cavalo-marinho



Fonte: A autora.

O parque conta, ainda, com cemitérios indígenas, mais de 2000 cavernas e 29 sítios arqueológicos registrados, com pinturas e inscrições rupestres de tradição Agreste e Nordeste, datadas de até 6 mil anos atrás (FERREIRA *et al.*, 2017; FREIRE *et al.*, 2018; MARTIN, 2005; SILVA Jr., 2013; NOBRE; SCHLINDWEIN, 2016) — ver Figuras 6 e 7. É considerado, assim, o segundo maior parque arqueológico do País.

Figura 6 – Sítio Arqueológico Homens sem Cabeça, de Tradição Nordeste



Fonte: A autora.

Figura 7 – Sítio Arqueológico Alcobaça, de Tradição Agreste



Fonte: A autora.

Embora possua a menor parcela territorial da UC, é em Buíque que se encontra a Vila do Catimbau (VC) — principal via de acesso ao parque e onde se concentra a dinâmica turística —, distando 12 km da sede, à qual é ligada pela Rodovia Empresário Cirilo Henrique de Araújo (VPE-280/Estrada do Catimbau) (PERNAMBUCO, 2012).

Moram, na VC, aproximadamente 635 famílias (IBGE, 2000; SILVA; MAIA, 2008) — cerca de três mil e quinhentas pessoas (informação verbal)<sup>2</sup>. Boa parte delas possui áreas dentro dos limites da UC e tinha na agricultura de subsistência e/ou na agropecuária sua principal fonte de renda. A prática dessas atividades, porém, vem diminuindo ao longo do tempo, não somente pelas limitações impostas pelos órgãos ambientais, mas também pelas condições hidrológicas deficitárias. De fato, há, pelo menos, cinco anos que não chove de forma significativa na região.

Neste cenário, a ONG Amigos do Bem tem desempenhado um relevante papel, ofertando, entre outras coisas, oportunidades de emprego para a comunidade local em suas fábricas. Além disso, o turismo estimulado pela criação do PNC tem constituído importante fonte de renda, mas para um grupo restrito de moradores, os quais atuam como guias em visitas ou gerenciam estabelecimentos — como pousadas, restaurantes e lojas de artesanato.

<sup>2</sup> O IBGE não define o número de habitantes para uma localidade como a VC. Fez-se, então, uma estimativa, pautada em dados da Associação dos Guias de Turismo do Vale do Catimbau (AGTURC).

Recorrentemente, a falta de infraestrutura pública é apontada por moradores e visitantes como um dos obstáculos fundamentais à melhoria da qualidade de vida local (SANTANA *et al.*, 2019). Com efeito, dos serviços básicos, a VC conta somente com a coleta de lixo, não existe uma rede de esgotamento sanitário e o abastecimento hídrico é feito por meio de poços artesianos (SILVA; MAIA, 2008).

Logo, o estudo do objeto se mostra pertinente com vistas a compreender quais foram os impactos resultantes da implantação do PNC para a comunidade da Vila do Catimbau, à luz da percepção dos agricultores.

### **1.3 Justificativa**

Os conhecimentos produzidos e apresentados por este trabalho terão potencial para fornecer subsídios para a formulação e implantação de políticas públicas direcionadas às populações tradicionais que moram dentro ou no entorno de unidades de conservação, sobretudo por levarem em consideração as percepções das mesmas, o que permite compreender seus valores, pontos de vista e expectativas, influenciando, dessa maneira, os modelos de gestão das áreas protegidas. Some-se a isso a contribuição teórica, que poderá servir como base para futuras pesquisas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Alicerçada em levantamento bibliográfico e documental, a Fundamentação Teórica apresentará conceitos, definições e características referentes à gênese e evolução das categorias de manejo de áreas protegidas, às leis que norteiam a criação de unidades de conservação no Brasil e os impactos decorrentes desse processo.

### 2.1 Da criação dos primeiros parques ao surgimento de novas categorias de manejo

Os primeiros passos em direção à demarcação de espaços territoriais, com fins de preservação de características naturais — faunísticas e florísticas — e garantia dos exercícios de caça, lazer e recreação, no Ocidente, remontam à Idade Média, quando de interesse da realeza e da aristocracia rural (MILLER, 1980; QUINTÃO, 1983).

Alguns séculos depois, por ocasião da Revolução Industrial, o mundo — e, sobretudo, a Europa — começou a sentir os impactos ambientais da exploração exacerbada e da degradação dos recursos naturais, levando ao surgimento de sérias preocupações com a ameaça às possibilidades de sobrevivência das futuras gerações e com a redução dos espaços nativos (COSTA, 2008; SACHS, 2007, 2009; SOARES *et al.*, 2014; VALLEJO, 2009).

Ainda nessa época, começou-se a questionar os direitos ilimitados do homem sobre o “mundo selvagem” (DIEGUES, 2008; VALLEJO, 2009). Além disso, houve um aumento expressivo no número de indivíduos que desempenhavam atividades monótonas, rotineiras e estressantes nas fábricas, demandando, então, áreas de lazer e recreação ao ar livre, onde eles pudessem descansar e recarregar as energias (MILANO, 2000; VALLEJO, 2009).

Foi nesse contexto que emergiu, nos Estados Unidos da América — EUA —, no século XIX, a ideologia preservacionista de proteção ambiental, calcada no pressuposto de que o homem destrói tudo o que toca. Logo, o único modo de conservar a natureza é mantê-la livre da presença e ocupação antrópica, por meio da criação de ilhas de biodiversidade e grande beleza cênica (DIEGUES, 2000, 2008; FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015).

Em decorrência dessas ideias, foi criado, ali, nos EUA, o primeiro PN do mundo, o de Yellowstone, em 1872 (DIEGUES, 2008; DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010; FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015; VALLEJO, 2009). Admite-se, desde então, que é imprescindível aos PN possuir um caráter excepcional — em relação às paisagens, a geologia e/ou a flora, por exemplo —, representando espaços para deleite, mas também valores científicos significativos (QUINTÃO, 1983; CAMPOS; CASTRO, 2015).

Esse modelo de criação de PN foi transposto para diversos países — e, especialmente, para os do “Sul global” —, onde se constituiu numa das principais políticas de proteção da natureza, mesmo que a realidade neles seja ecológica, social e culturalmente distinta (DIEGUES, 2008). Assim, os parques são, hoje, o tipo mais conhecido e corrente de espaço natural protegido (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010; VALLEJO, 2009).

Ainda no século XIX, desenvolveu-se, também, outra corrente ideológica que influenciou a preocupação com o meio natural e seus recursos: o conservacionismo. Seus simpatizantes eram mais otimistas e acreditavam na possibilidade de uso racional e sustentável das florestas, do solo, da água e de outros recursos, garantindo sua existência para as próximas gerações e sua melhor distribuição entre toda a população (FRANCO; SCHITTINI; BRAZ, 2015; MACHADO *et al.*, 2017).

Aqueles primeiros parques tinham por finalidade a preservação e usufruto de belezas cênicas excepcionais, mas, ao longo do tempo, incorporaram-se outras razões, como a proteção de certos animais e/ou plantas, a investigação científica e a busca por garantir a representatividade dos ecossistemas (ROCHA; DRUMMOND; GANEM, 2010). Logo, foram surgindo novas categorias de manejo.

Ocorreram, então, diversos encontros em escala mundial e continental (CAMPOS; CASTRO, 2015; VALLEJO, 2009), com destaque para a “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano”, realizada em 1972, em Estocolmo — Suécia —, na qual, pela primeira vez, foram discutidos os problemas — sociais, políticos e econômicos — afetos às questões ambientais, particularmente em áreas protegidas (BRITO, 2008).

A partir de então, os direitos das sociedades tradicionais foram reafirmados, recomendando-se aos responsáveis pela gestão e manejo de áreas protegidas que respeitassem a diversidade dos grupos étnicos e aproveitassem suas habilidades. Questionou-se, assim, definitivamente, o modelo de criação de parques nacionais difundido por todo o mundo (VALLEJO, 2009).

## **2.2 A legislação ambiental brasileira e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação**

O Art. 225 da Constituição Federal de 1988 garante que todos os cidadãos têm direito a um meio ambiente saudável e ecologicamente equilibrado e que a responsabilidade por definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos compete ao Poder

Público. O mesmo impõe, ainda, obstáculos a alteração e supressão dessas áreas, o que somente é permitido por lei (BRASIL, 1988).

Pereira e Scardua (2008) definem estes espaços territoriais como locais, de domínio público ou privado, estabelecidos pelo Estado, visando conferir uma proteção especial ao meio ambiente, podendo-se citar como exemplos quilombos, áreas tombadas e unidades de conservação. Contudo, frequentemente os territórios são reduzidos apenas a esta última tipologia, de forma equivocada (MEDEIROS, 2006).

Há indícios de que, mesmo no Brasil Império (1822-1889), já havia ações voltadas à proteção, gestão e controle de recursos como água e madeira, empreendidas pela Coroa Portuguesa, embora não houvesse um delineamento preciso de áreas específicas, o que prejudicava o alcance de tais fins (MEDEIROS, 2006).

Não obstante, o marco principal à delimitação de parques apenas foi estabelecido na segunda metade da década de 1930, com a criação, em 1937, do Parque Nacional de Itatiaia, e, em 1939, dos PN do Iguaçu e da Serra dos Órgãos (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA, 2010; FRANCO; SHITTINI; BRAZ, 2015; RYLANDS; BRANDON; 2005). Isso somente foi possível devido à influência e à pressão dos movimentos ambientalistas brasileiros, voltados à proteção ecológica, que começavam a encontrar voz e oportunidades (MEDEIROS, 2006).

As UC vêm evoluindo no País desde então, em um processo lento, que alcançou picos de ampliação somente nos últimos decênios. Segundo o Ministério do Meio Ambiente — MMA —, hoje, a definição delas se pauta nas metas da Convenção sobre Diversidade Biológica — CDB —, assinada em junho de 1992. Com base nelas, a Comissão Nacional de Biodiversidade — Conabio — estabeleceu que pelo menos 30% da Amazônia, 17% da área de cada um dos demais biomas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras brasileiras deveriam ser conservadas até 2020 (BRASIL, 2013).

Para regulamentar esses espaços, em 18 de julho de 2000, foi promulgada a Lei n. 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC — e estabeleceu os critérios e regras para a criação, implantação e gestão delas (BRASIL, 2000).

Segundo o disposto no SNUC (BRASIL, 2000), as UC são espaços de proteção ambiental com características naturais significativas, legalmente instituídas nas três esferas — nacional, estadual e municipal —, a fim de manter a biodiversidade existente. As mesmas são classificadas em dois grupos, com objetivos distintos: Unidades de Proteção Integral — UPI — e Unidades de Uso Sustentável — UUS.

As UPI têm como propósito basilar a preservação da natureza, sendo permitido apenas o uso indireto dos recursos, isto é, aquele que não implica em consumo, coleta ou degradação

dos mesmos. A lei prevê cinco categorias de UC deste tipo: Estação Ecológica — ESEC; Reserva Biológica — REBIO; Parque Nacional — PARNA; Monumento Natural — MN; e Refúgio da Vida Silvestre — REVIS.

Por sua vez, as UUS permitem a exploração do ambiente, desde que seja assegurada a perenidade dos recursos renováveis e dos processos ecossistêmicos, de modo socialmente justo e economicamente viável, ou seja, conforme os princípios do desenvolvimento sustentável.

O grupo que admite a presença de populações tradicionais, bem como vários tipos e intensidades de uso dos recursos, é composto das seguintes categorias de manejo: Área de Proteção Ambiental — APA; Área de Relevante Interesse Ecológico — ARIE; Floresta Nacional — FLONA; Reserva Extrativista — RESEX; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável — RDS; e Reserva Particular do Patrimônio Natural — RPPN.

A seguir, a Tabela 1 indica o número de unidades de conservação federais e a área — em ha — que elas abrangem por categoria. Segundo os dados (IBGE, 2017), o Brasil possui 324 UC federais — 147 de proteção integral e 177 de uso sustentável —, totalizando, aproximadamente, 79.365.983 hectares.

Tabela 1 – Unidades de conservação federais, por categoria

UC FEDERAIS	CATEGORIA DE MANEJO	QTDE.	ÁREA (ha)*
<b>Proteção Integral: PI</b>	Esec – Estação Ecológica	32	7.496.082,86
	MN – Monumento Natural	3	44.286,27
	Parna – Parque Nacional	73	26.517.092,54
	Rebio – Reserva Biológica	31	4.267.866,28
	Revis – Refúgio da Vida Silvestre	8	269.201,34
	<b>TOTAL</b>	<b>147</b>	<b>38.594.529,29</b>
<b>Uso Sustentável: US</b>	APA – Área de Proteção Ambiental	33	10.332.873,24
	Arie – Área de Relevante Interesse Ecológico	13	34.088,40
	Flona – Floresta Nacional	67	17.824.749,24
	RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	2	102.619,45
	Resex – Reserva Extrativista	62	12.477.123,48
	<b>TOTAL</b>	<b>177</b>	<b>40.771.453,81</b>
<b>TOTAL GERAL DE UNIDADES</b>		<b>324</b>	<b>79.365.983,10</b>
	RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural	672	

Fonte: IBGE (2017), adaptado pela autora.

\*Área aproximada, obtida por meio de *software* de SIG.

A maioria das UPI são Parques Nacionais — 73 —, seguidos das Estações Ecológicas — 32. Quanto às Unidades de Uso Sustentável, as que existem em maior quantidade são as Florestas Nacionais — 67 — e as Reservas Extrativistas — 62.

Tabela 2 – Unidades de conservação federais, por bioma

<b>BIOMA</b>	<b>ÁREA UC/BIOMA</b>	<b>N. UC/BIOMA</b>	<b>ÁREA TOTAL(ha)/BIOMA</b>	<b>%BIOMA/UC</b>
AMAZÔNIA	63.595.999,13	128	418.247.341,76	15,2%
CAATINGA	3.188.021,37	23	82.652.444,73	3,9%
CERRADO	6.784.120,30	47	203.938.689,14	3,3%
MARINHO COSTEIRO	1.042.451,69	19	355.579.637,24	0,3%
MATA ATLÂNTICA	4.221.592,70	102	110.614.144,55	3,8%
PAMPA	386.320,26	3	17.776.719,12	2,2%
PANTANAL	147.477,63	2	15.131.386,53	1,0%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>79.365.983,09</b>	<b>324</b>	<b>1.203.940.363,07</b>	<b>6,6%</b>

Fonte: IBGE (2017), adaptado pela autora.

A Tabela 2, por outro lado, apresenta as unidades de conservação federais por bioma. A Amazônia tem 128 UC, o que corresponde à aproximadamente 15% de sua área. A Mata Atlântica conta com 102 unidades, porém, elas abrangem apenas 3,8% da área total do bioma. O Cerrado tem 47 UC — 3,3% —, a Caatinga tem 23 — 3,9% —, o Pampa tem 3 — 2,2% — e o Pantanal, 2 — 1,0%. Apesar de o bioma Marinho Costeiro ter 19 UC, elas representam somente 0,3% do total de sua área. Note-se, portanto, que o Brasil está, ainda, muito longe de alcançar as metas de Aichi, estabelecidas na CDB de 1992. Além disso, apenas 6,6% de seu território total encontra-se ambientalmente protegido por unidades de conservação federais.

### 2.3 Impactos da implantação de unidades de conservação para os moradores locais

A implantação de áreas protegidas é, atualmente, uma das estratégias mais importantes para a conservação da natureza, adotada por países de todo o mundo. Contudo, desde o princípio, tem sido marcada pela presença de intensos conflitos (BRITO, 2008; MEDEIROS, 2006; PELLIZZARO *et al.*, 2015).

Exemplo disso é o caso do Corredor Ecológico Chapecó, cuja criação, associada à fiscalização ambiental intensa, levou a uma compreensão negativa de produtores rurais a respeito dos serviços ecossistêmicos providos pelas florestas locais, mesmo havendo um uso intensivo deles (ALARCON; DA-RÉ; RAMPINELLI, 2011; ALARCON; FANTINI; SALVADOR, 2016).

Para Sandroni e Carneiro (2016), a questão precípua que permeia as discussões é a visão restritiva de conservação da biodiversidade — alvo de duras críticas —, praticada sem que se

leve em conta os moradores presentes no perímetro interno ou no entorno de espaços protegidos, especialmente por parte dos organismos governamentais.

No Brasil, como em muitos outros países, populações tradicionais têm ocupado a maioria dos espaços naturais há milênios, subsistindo, fundamentalmente, pela realização de atividades como caça de animais, cultivo agrícola e colheita de frutos (DIEGUES, 2008; SINAY *et al.*, 2019).

No entanto, em unidades de uso mais taxativo, a prática dessas atividades de subsistência é estritamente proibida, o que dificulta sobremaneira as condições de vida das comunidades locais, exigindo fontes alternativas de renda (SINAY *et al.*, 2019). Nesse sentido, diversos autores apontam a importância da expansão do turismo em UC (ALARCON; FANTINI; SALVADOR, 2016; PENNA-FIRME; BRONDÍZIO, 2017). O próprio campo passa a ser relacionado a esta e a outras atividades, o que contribui para a valorização dele (SILVA; PIRES, 2016) e possibilita novas oportunidades de emprego e renda (ELESBÃO, 2010).

Validando essa ideia, Sinay *et al.* (2019) constataram que a comunidade Caiçara de Martin de Sá, residente dentro da Reserva Ecológica da Juatinga, por exemplo, teve de aderir ao turismo como forma de sobrevivência e desenvolvimento, quando impedida de cultivar a terra e cumprir seus exercícios tradicionais de subsistência. Porém, na região, embora o fluxo de visitantes tenha aumentado significativamente, o turismo continuou sendo um fenômeno esporádico, gerando, inclusive, atritos pela distribuição desigual de receitas.

Aqueles mesmos autores expõem e criticam a estereotipação que, frequentemente, ocorre em relação à imagem das populações locais. É comum que se pense nelas como pessoas simples, que vivem em harmonia com a natureza, semi-isoladas de comunidades externas e de mercados de consumo, logo, quase independentes de produtos industrializados (KOHLENER; BRONDÍZIO, 2016; PENNA-FIRME; BRONDÍZIO, 2007, 2017).

Além disso, as propagandas de divulgação desses destinos turísticos têm um forte apelo ambiental, mas tendem a ocultar a realidade dos habitantes locais, marcados pela miséria e pelo abandono social, sem acesso a serviços básicos, como saúde, educação, segurança e saneamento (PENNA-FIRME; BRONDÍZIO, 2007, 2017).

Exemplo de UC nessa situação é o Parque Nacional do Catimbau (Buíque, Pernambuco), objeto deste estudo, o qual, além de contar com uma infraestrutura bastante precária, ainda não se encontra consolidado, posto que não houve indenizações e desapropriações, mesmo passados mais de quinze anos da data de sua criação.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Delineamento da pesquisa

A constatação de que, nas relações humanas, a realidade ocorre em contextos históricos e é construída socialmente, levou parte das pesquisas sociais a utilizar métodos qualitativos (GUBA; LINCOLN, 2005).

Uma vez que o trabalho teve por objetivo identificar as percepções de sujeitos, utilizou-se uma abordagem qualitativa, a qual, segundo Bauer e Gaskell (2008), é capaz de lidar com as interpretações das realidades sociais. A pesquisa se caracterizou, também, como exploratória e descritiva. A primeira procurou aprofundar os conhecimentos acerca do fenômeno estudado, por meio de um contato inicial com o mesmo. A segunda, por outro lado, buscou coletar dados e informações a fim de identificar as relações existentes entre o fenômeno e os sujeitos (GIL, 2002).

#### 3.2 A construção do *corpus*

Constituiu-se, ora, um *corpus* de pesquisa, contendo dez entrevistas semiestruturadas, concedidas por agricultores moradores da Vila do Catimbau, em Buíque (Pernambuco), as quais transcorreram em outubro de 2019 e foram gravadas com autorização prévia dos sujeitos. O roteiro de investigação foi composto por cerca de 50 questionamentos afetos a quatro categorias: trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais — ver Apêndice A.

A elaboração do referido *corpus* buscou garantir um material que fosse representativo do todo, pelo alcance da saturação dos dados e informações (AARTS; BAUER, 2017). Visto que ele é uma construção do pesquisador (BARTHES, 2012), as deliberações acerca de sua extensão e dos documentos que o irão compor couberam ao mesmo.

Foi utilizada, também, a técnica de observação participante, em diversas incursões a campo, realizadas no decorrer dos últimos três anos, o que permitiu à pesquisadora uma melhor compreensão acerca do contexto e da situação em que os sujeitos estavam inseridos.

### 3.3 Caracterização dos sujeitos

O Quadro 1 apresenta o perfil dos agricultores entrevistados. Os mesmos — cinco do sexo masculino e cinco do sexo feminino, com idades entre 38 e 77 anos — foram selecionados devido ao fato de serem, provavelmente, os povos mais afetados pela criação de uma unidade de conservação com tantas restrições.

Quadro 1 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Sujeito (S)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gênero	F	F	M	M	F	M	F	M	M	F
Idade	55	44	65	59	50	70	56	77	38	62
Escolaridade	3 <sup>a</sup> EF	8 <sup>a</sup> EF	NE	NE	4 <sup>a</sup> EF	NE	5 <sup>a</sup> EF	NE	4 <sup>a</sup> EF	4 <sup>a</sup> EF

Fonte: A autora.

Legenda: F: feminino; M: masculino; EF: ensino fundamental; NE: nunca estudou.

Cabe destacar que, apesar de serem agricultores e trabalharem — ou terem trabalhado — no campo, todos os sujeitos — S — indicaram a realização de outras atividades para complementar a renda familiar, a exemplo do gerenciamento de pequenos estabelecimentos comerciais — 8 —, de pousadas — 1 — e da atuação como guias de turismo — 1.

### 3.4 Técnicas de análise do *corpus*

O tratamento do *corpus* foi efetivado por meio da “Metodologia Qualitativa Genérica”, de Merriam e Tisdell (2015). Para tanto, a análise foi dividida em quatro etapas: 1) organização; 2) exploração do material; 3) tratamento dos dados; e 4) interpretação. Assim, depois de transcritas, as entrevistas foram sintetizadas, decompostas, recompostas e interpretadas no que concerne aos principais impactos relacionados às seguintes categorias: trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais.

Eis, no Quadro 2, exemplos de como se deu o processo de categorização dos recortes de fala dos sujeitos entrevistados.

Quadro 2 – Categorização dos recortes de fala dos sujeitos

<b>Categoria</b>	<b>S</b>	<b>Recorte de fala do sujeito entrevistado</b>
<b>Trabalho</b>	1	“O artesanato era parado, porque não tinha venda. [...] depois do Parque, começou vir turista e alguém nos deu expectativa para expor e vender.”
	2	“[...] a gente tem terreno dentro do Parque e não pode mais trabalhar como antes... proibem que a gente tire madeira, ajeite cerca, coloque roça, cave poço [...].”
	6	“[...] para mim, está do mesmo jeito... Ainda não foi ninguém lá para indenizar não.”
<b>Relacionamento entre a comunidade</b>	3	“[...] esse pessoal da Capital sempre vem para aqui porque acha mais sossegado para morar [...].”
	7	“Acho que a população aumentou, porque tem gente diferente aí, que ninguém conhece.”
	10	“[...] eu não vejo. Nem sei o que é que eles fazem, como é a cultura deles, não tenho contato.”
<b>Visitações</b>	5	“[...] tendo mais visita, o lugar vai ficando mais conhecido [...].”
	8	“[As visitas] não trazem muito movimento comercial, mas trazem movimento para os guias e também para a menina da pousada [...].”
	9	“[...] as empresas de Recife não mandavam os ônibus para cá, aí eram poucas visitas.”
<b>Questões ambientais</b>	1	“Todo mundo respeita as restrições, eles têm medo do IBAMA [...].”
	4	“Falam que um dia, esse tempo vai chegar, de indenizarem e o pessoal sair. Agora eu mesmo espero que não aconteça, não.”
	5	“Antes de indenizar, eu acho que as pessoas precisam trabalhar.”

Fonte: A autora.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos ao trabalho

Os agricultores entrevistados começaram a trabalhar no campo ainda em tenra infância, por volta dos cinco ou seis anos de idade, para ajudar no sustento familiar. Durante muito tempo, sobreviveram exclusivamente em função da agricultura. No entanto, esta configuração tem se transformado nas últimas décadas. Quando questionados a respeito dos impactos em seus trabalhos após a implantação do PNC, os sujeitos 3, 6 e 7 (S3, S6 e S7) afirmaram que não houve. Os dois últimos apontaram que, como ainda não ocorreram desapropriações e indenizações, as famílias continuam vivendo e trabalhando nos mesmos terrenos, dentro dos limites do PNC.

Os demais sujeitos identificaram mudanças. Porém, enquanto S1, S5, S9 e S10 observam as novas oportunidades que surgiram — com o estímulo ao desenvolvimento do artesanato e à abertura de pousadas, por exemplo — e destacam sua importância frente à ausência de chuvas, que destrói as plantações; S2, S4 e S8 indicaram impedimentos à realização de práticas tradicionais de subsistência, como a extração de madeira para a produção de carvão. Desse modo, percebeu-se através da fala destes uma forte objeção às proibições impostas por órgãos de proteção ambiental após a implantação do Parque.

Trabalhos realizados anteriormente sobre o PNC já haviam constatado que a sua implantação não foi bem aceita, sobretudo pelas limitações de uso dos recursos naturais (SILVA; MAIA, 2008). O mesmo foi constatado através do estudo de Santana *et al.* (2019), segundo o qual, a implantação da UC promoveu profundas alterações nos modos de vida da comunidade local.

O trabalho de Alarcon, Fantini e Salvador (2016), sobre o Corredor Ecológico Chapecó, também identificou que o processo de implantação de UC, associado à intensificação da fiscalização, acaba gerando uma postura negativa de produtores rurais, dificultando o reconhecimento da importância de conservação.

Relacionado ao trabalho realizado por outras pessoas, S1 afirmou que a implantação da UC só afetou aqueles que não se preocupam com o ambiente natural e, por conseguinte, não estão dispostos a agir de forma que a ele seja conservado. Para outros sujeitos, os únicos beneficiados foram os que atuam como guias nas visitas e alguns poucos agricultores que têm trilhas atravessando suas terras. Muitas pessoas têm que sair para trabalhar fora da VC e

voltar todos os dias; outras, por sua vez, conseguiram trabalho nas fábricas da ONG Amigos do Bem.

Cabe ressaltar que, por inúmeras oportunidades, os entrevistados fizeram menções à Amigos do Bem. Os sujeitos destacam sempre o importante papel que ela teve à promoção do crescimento e desenvolvimento local, proporcionando atividades educativas, saúde e empregos à comunidade.

Diante deste cenário, S2, S3 e S4 censuraram as mudanças e afirmaram que, antes de impor restrições, o Governo deveria regularizar a situação das famílias ainda moradoras do PNC, desapropriando e indenizando a quem tem direito, e oferecendo fontes alternativas de emprego e renda. Segundo outros entrevistados, as transformações ocorridas foram benéficas, posto que promoveram aumento da atividade turística, o que possibilitou novos empregos e rendas. Um sujeito (S1), em particular, ressaltou o papel que o PNC teve na conscientização quanto à necessidade de preservação da natureza para evitar o esgotamento dos recursos naturais — sem o Parque, as inúmeras matérias-primas encontrar-se-iam seriamente ameaçadas e, por extensão, o trabalho artesanal local.

#### **4.2 Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos ao relacionamento entre a comunidade**

Os sujeitos foram questionados a respeito da mudança de moradores da VC para outros municípios e/ou estados, antes e depois da implantação do PNC. Somente S2 e S10 afirmaram que isto não era comum. Para S2, porque todos contavam, ali, com condições de trabalhar para sobreviver; para S10, porque um agricultor, em outros locais, sentir-se-ia como “um peixe fora d’água”. Os demais entrevistados afirmaram que sempre algumas pessoas se mudavam, em busca de melhores condições de vida. No entanto, o número teria diminuído, desde a criação do Parque. Para alguns, isso se deve à presença da ONG Amigos do Bem, a qual ofertou diversos empregos e rendas aos moradores. O S9 apontou, também, as dificuldades crescentes de sobrevivência em outros lugares, o que teria feito muitas pessoas retornarem à Vila.

Eles foram questionados, ainda, em relação à quantidade de novos moradores. O S1 declarou que não houve aumento — algo compreendido por ele como bom, haja vista não diminuir as oportunidades relativas, quase inexistentes, aos membros da comunidade local. Os demais nove agricultores afirmaram que houve, sim, um aumento. Os agricultores S3 e S4 acreditam que alguns indivíduos escolheram a VC para morar por conta do sossego do lugar;

os S2, S5, S8, S9 e S10, por sua vez, acreditam que muitos se mudaram para lá a fim de explorar as possibilidades que o turismo oferece, dinamizando o crescimento local.

Como a Vila é composta por uma comunidade pequena, praticamente todos os moradores se conhecem — a maioria deles pertence, inclusive, às mesmas famílias. E, segundo os sujeitos, isso tem favorecido a que as relações comunitárias se mantenham em harmonia.

Os poucos novos moradores, de todo modo, parecem não carregarem consigo hábitos e costumes radicalmente diferentes dos da comunidade local, não provocando mudanças perceptíveis. Porém, embora muitos agricultores tenham afirmado que os autóctones acabam se acostumando com os alóctones, notou-se existir pouca interação entre ambos os grupos populacionais. De fato, os “recém-chegados” se mantêm afastados dos nativos.

Pode-se, assim, estabelecer um paralelo parcial com o que foi constatado por Prado (2003), em estudo realizado na Ilha do Abraão, em Angra dos Reis (RJ), há mais de quinze anos. Prado (2003) identificou, no município fluminense, uma clara polaridade na vida cotidiana, entre nativos e não-nativos, onde os que vieram de fora se estabeleceram como empresários do turismo e os moradores antigos se tornaram empregados do turismo. Na VC existe uma polaridade; contudo, os “não-nativos” não se estabeleceram como empresários — pelo menos, não ainda. Como constatado por Santana *et al.* (2019), a atividade turística é explorada, predominantemente, pela comunidade local, com destaque à oferta de hospedagem e alimentação, e à ação dos guias de turismo.

### **4.3 Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos às visitas**

O PNC foi criado somente em dezembro de 2002, contudo, mesmo antes, a região já recebia visitas, sobretudo de pesquisadores. Na época, eles saíam procurando cavernas acompanhados por jovens e adultos da comunidade, os quais foram, mais tarde, capacitados em uma parceria do SEBRAE com o IBAMA, originando a Associação dos Guias de Turismo do Vale do Catimbau (AGTURC). De acordo com os sujeitos, após a implantação da UC, as visitas foram aumentando de forma gradativa, algo compreendido como benéfico por eles, uma vez que turistas ajudam a promover e divulgar o lugar, atraindo mais gente e investimentos.

Outro fator que promoveu, recentemente, o aumento das visitas foi a pavimentação asfáltica, concluída há cerca de dois anos. Antes o acesso à VC era feito por uma estrada de terra batida, praticamente intransitável em épocas de chuva, num percurso que levava de quarenta a cinquenta minutos. Hoje, é possível chegar à Vila em dez ou quinze minutos. Isso

teria estimulado o aumento das visitas, pois muitas empresas de turismo se negavam a alugar seus ônibus com destino ao PNC devido à dificuldade de acesso.

Não obstante, somente guias turísticos e outras pessoas relacionadas à atividade, como donos de pousadas e lojas de artesanato, parecem ser beneficiados. De fato, o contato e interação com os turistas é restrito a um pequeno grupo de moradores. A maioria afirmou, ainda, que o retorno financeiro da interação é baixo, exigindo que essas pessoas realizem outras atividades a fim de complementarem a renda.

Como visto por Silva e Maia (2008) na pesquisa realizada a partir do PNC, a maioria dos moradores não percebiam vantagens decorrentes da prática do turismo e nem o consideravam como uma oportunidade de desenvolvimento local. Note-se que, mais de dez anos depois, o turismo continua se desenvolvendo da mesma forma e beneficiando apenas a um grupo restrito.

Alguns sujeitos apontam que a principal dificuldade no trato dos visitantes ocorre quando são estrangeiros e falam idiomas diferentes. Nesse sentido, o S1 aponta a necessidade de funcionários aptos a falar em outras línguas, em hotéis ou pousadas mais organizados, para atender aos visitantes. O mesmo também é apontado por S3, S5, S7 e S8. Para o S10, faltam salões de festa, para proporcionar distrações à noite. Os demais agricultores indicam, também, a falta de corpo de bombeiros, postos policiais e de saúde, a disponibilidade de ambulâncias, saneamento básico e poços para abastecimento de água.

Essa carência na infraestrutura básica já foi apontada como algo extremamente comum em destinos turísticos em áreas protegidas por Penna-Firme e Brondízio (2007, 2017). Os estudos de Santana *et al.* (2019) e de Silva e Maia (2008), inclusive, indicam que essa tem sido uma reivindicação constante na comunidade, posto que incorreria em aperfeiçoamentos não somente para os visitantes, mas também para os moradores.

#### **4.4 Percepção dos sujeitos acerca de impactos afetos às questões ambientais**

Os agricultores foram questionados acerca das perspectivas de indenização e desapropriação. Passados tantos anos desde a criação do PNC, aparentemente, apenas duas pessoas, donas dos maiores terrenos do Parque, foram indenizadas. Alguns agricultores já nem consideravam a possibilidade de indenização, mas afirmaram que se o Governo pagar pelas terras, eles deixarão os terrenos. Notou-se, porém, certa resistência e inconformidade de alguns, a exemplo do S2, que afirmou que ficará sem terreno e sem poder trabalhar.

Embora a fiscalização feita por agentes do IBAMA seja frequente, S5 e S9 declararam que ainda há pessoas caçando e extraindo madeira, às escondidas. O S8 confirmou essa possibilidade. O restante dos entrevistados, por outro lado, acredita que toda a comunidade respeita à série de restrições impostas, sobre as quais as opiniões são conflituosas.

Praticamente todos os agricultores demonstraram preocupações com questões ambientais, sobretudo às relacionadas à preservação da flora e/ou da fauna local(is). Muitos, inclusive, apontam o desmatamento e a degradação ecológica como principal causa das alterações no ciclo hidrológico — responsáveis pela intensa seca que tem atingido a região, especialmente nos últimos anos.

Não obstante, muitos apontam que as proibições impostas pela legislação ambiental que regulamenta as UC impediram a realização de atividades tradicionais de subsistência, dificultando a sobrevivência de muitas famílias que continuam vivendo dentro do Parque e dependiam delas.

As restrições são, também, apontadas como obstáculos ao crescimento econômico dos autóctones. Além disso, alguns sujeitos parecem inconformados com a falta de controle e poder de decisão sobre as próprias terras. Para eles, deveriam, pelo menos, permitir algumas práticas referentes a “facilidades”, a exemplo da construção de cercas e poços artesianos.

Nesse sentido, os entrevistados defendem que, mais do que flexibilizar as proibições ou reduzir os limites do Parque, o Governo tem por obrigação indenizar e/ou desapropriar as famílias moradoras dentro dos limites dele, realocando e fornecendo oportunidades alternativas de trabalho. Somente então, poder-se-ia impor restrições.

Evidencia-se, assim como nos estudos de Prado (2003), Sandroni e Carneiro (2016), Santana *et al.* (2019), Silva e Maia (2008) e de tantos outros, os conflitos ambientais que têm permeado às discussões sobre a implantação de áreas naturais protegidas desde o princípio, gerando embates entre as comunidades tradicionais que moram dentro ou no entorno delas e os órgãos do Poder Público. Nesse contexto, parece ser premente o alcance de um ponto de equilíbrio, onde os espaços naturais possam ser conservados, ao mesmo tempo em que os direitos e modos de vida das populações tradicionais são respeitados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Parque Nacional do Catimbau é uma UC do grupo de proteção integral, criado em 13 dezembro de 2002, por meio de um Decreto, abrangendo parte de três municípios pernambucanos: Buíque, Tupanatinga e Ibimirim. Todavia, é no primeiro que se encontra sua principal via de acesso: a Vila do Catimbau. Tendo em vista que, até mesmo em UC de uso sustentável, a determinação de áreas legalmente protegidas interfere de forma contundente nos modos de vida da população, esse trabalho teve por objetivo identificar quais foram os impactos afetos a trabalho, relacionamento entre a comunidade, visitas e questões ambientais, decorrentes da implantação do PNC sobre a comunidade da VC, em Buíque (Pernambuco), à luz da percepção dos agricultores moradores locais.

Constatou-se, por meio da percepção dos sujeitos — 5 do sexo masculino e 5 do sexo feminino, com idades entre 38 e 77 anos — que, no que tange ao trabalho, há muita divergência de opiniões. Enquanto 3 sujeitos afirmaram que não houve impacto, 4 destacaram os pontos positivos e oportunidades que essa nova configuração oferece, pela exploração da atividade turística. Por outro lado, 3 agricultores criticaram fortemente os impedimentos à realização de atividades tradicionais de subsistência.

No tocante ao relacionamento entre a comunidade, a maioria dos sujeitos afirmou que era muito comum que as pessoas saíssem da VC para morar em outros municípios e/ou estados, em busca de melhores condições de vida, contudo, esse número teria diminuído após a criação do Parque. Além disso, algumas pessoas teriam se mudado para a VC nos últimos anos a fim de explorar as possibilidades que o turismo oferece. Ainda que os agricultores aleguem que a convivência entre todos os moradores sempre foi harmoniosa, notou-se que os nativos buscam se manterem afastados dos novos residentes.

Acerca das visitas, os sujeitos relataram o aumento no número de visitantes, principalmente após a conclusão do processo de pavimentação asfáltica, o qual diminuiu o tempo e a dificuldade de acesso à VC. Apesar disso, os benefícios da atividade não são percebidos pelos agricultores, ficando restritos às poucas pessoas que interagem mais frequentemente com os visitantes.

No que se refere às questões ambientais, não obstante os entrevistados demonstrem preocupações com o meio ambiente natural e a preservação da fauna e/ou da flora, eles reiteram a urgência em que o Poder Público realize as desapropriações e indenizações a quem de direito competir, antes de impor restrições tão intensas, que afetam as condições de subsistência das famílias da comunidade, já bastante carentes.

À luz destes resultados, as implicações práticas do trabalho se referem à implantação de políticas públicas de trabalho e emprego, a fim de fornecer novas fontes de renda para os moradores, bem como de educação ambiental, para conscientizar a comunidade a respeito da importância de se preservar e conservar o local. O estudo implica, também, na necessidade de o Governo regularizar a situação fundiária das famílias que vivem dentro dos limites desta e de outras UC. Por fim, sugere-se que a pesquisa seja replicada com outros grupos de sujeitos, a fim de expandir os resultados.

## REFERÊNCIAS

AARTS, B.; BAUER, M. **A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos**. Editora Vozes, 2017.

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALARCON, G. G.; DA-RÉ, M. A.; RAMPINELLI, L. Z. Fragmentação da Floresta com Araucária e ecossistemas associados no Corredor Ecológico Chapecó, Santa Catarina. **Biotemas**, v. 24, n. 3, p. 25-38, 2011.

ALARCON, G. G.; FANTINI, A. C.; SALVADOR, C. H. Benefícios locais da Mata Atlântica: evidências de comunidades rurais do sul do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, p. 87-110, 2016.

BARTHES, R. **Elementos de semiologia**. [*sine loco*]: Editora Cultrix, 2012.

BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 02 abr. 2018.

BRASIL. **Decreto s/n, de 13 de dezembro de 2002**. Cria o Parque Nacional do Catimbau, nos Municípios de Ibimirim, Tupanatinga e Buíque, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2002]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/2002/Dnn9771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/Dnn9771.htm). Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 1º abr. 2019.

BRASIL. **Lei n. 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes; altera as Leis n. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000 [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

BRASIL. Resolução CONABIO n. 6, de 03 de setembro de 2013. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjAh\\_qow-LgAhWEHrkGHUxNDwAQFjAAegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fbibspi.planejamento.gov.br%2Fhandle%2Fiditem%2F371&usg=AOvVaw0yPUk324TgzjpFio7nwTsy](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjAh_qow-LgAhWEHrkGHUxNDwAQFjAAegQICBAB&url=http%3A%2F%2Fbibspi.planejamento.gov.br%2Fhandle%2Fiditem%2F371&usg=AOvVaw0yPUk324TgzjpFio7nwTsy). Acesso em: 27 maio. 2018.

BRITO, D. M. C. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS**: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais UNIFAP, n. 1, p. 1-12, 2008.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. U. Unidades de conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. **Terra Livre**, v. 1, n. 26, p. 127-141, 2015.

COSTA, H. M. C. Meio ambiente e desenvolvimento: um convite à leitura. *In*: HISSA, E. V., Organizador. **Saberes ambientais**: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, p. 79-108, 2008.

COUTINHO, L. M. **Biomass brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

DIEGUES, A. C. S. **Conhecimento e manejo tradicionais**: ciência e biodiversidade. São Paulo: NUPAUB, 2000.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da USP, 2008.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. *In*: GANEM, R. S., Organizadora. **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília (DF): Editora da Câmara dos Deputados, p. 341-386, 2010.

ELESBÃO, I. Impactos socioeconômicos do turismo no espaço rural. *In*: SANTOS, E. O.; SOUZA, M. Organizadores. **Teoria e prática do turismo no espaço rural**. Barueri: Manole, p. 150-166, 2010.

FERREIRA, R. V.; SILVA, C. R. M.; ACCIOLY, A. C.; SANTOS, C. A.; MORAIS, D. M. F. **Geoparque Catimbau e Pedra Furada (PE)**. Serviço Geológico do Brasil (CPRM). 2017.

FRANCO, J. L. A.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **História**, v. 6, n. 2, p. 233-270, 2015.

FREIRE, N. C. F.; MOURA, D.; SILVA, J.; MOURA, A.; MELO, J.; PACHECO, A. **Atlas das caatingas – o único bioma exclusivamente brasileiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005.

IBGE. Resultado da sinopse do Censo 2000: Buíque. 2000.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias** – 2017. Rio de Janeiro: Diretoria de Geociências, Coordenação de Geografia. 2017.

JC ONLINE. Pernambucano conhece suas 7 maravilhas. **Sistema Jornal do Commercio de Comunicação**, [sine loco], 24 dez. 2007. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20081118020628/http://www2.uol.com.br/JC/sites/7maravilhas/noticia09.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

KOHLER, F. BRONDÍZIO, E. S. Considering the needs of indigenous and local populations in conservation programs. **Conservation Biology**, v. 31, n. 2, p. 245-251, 2016.

NOBRE, C. E. B.; SCHLINDWEIN, C. **Borboletas no Vale do Catimbau**: guia de espécies e flores visitadas. Brasília (DF): Verbis Editora, 2016.

MACHADO, C. C. C.; GONÇALVES, C. U.; ALBUQUERQUE, M. B. D.; PEREIRA, E. C. Protected areas and their multiple territorialities-a social and environmental reflection on Catimbau National Park-Brazil. **Ambiente & Sociedade**, v. 20, p. 239-260, 2017.

MARTIN, G. **As pinturas rupestres do Sítio Alcobaça**. Buíque (PE), no contexto da tradição do agreste. 2005.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p. 41-64, 2006.

MERRIAM, S. B.; TISDELL, E. J. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. John Wiley & Sons, 2015.

MILANO, M. S. Mitos no manejo de unidades de conservação no Brasil, ou a verdadeira ameaça. *In*: **Anais do II Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, v. 1, p. 11-25, 2000.

MILLER, K. Planificación para el ecodesarrollo en Latinoamérica. [1980]. *In*: DIEGUES, A. C. S. O. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, da USP, 2008.

PELLIZZARO, P. C.; HARDT, L. P. A.; HARDT, C.; HARDT, M.; SEHLI, D. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n. 1, p. 21-40, 2015.

PENNA-FIRME, R.; BRONDÍZIO, E. S. Quilombolas como “coletividades verdes”: contestando e incorporando o ambientalismo na Mata Atlântica, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. XX, n. 2, p. 141-162, 2017.

PENNA-FIRMA, R.; BRONDÍZIO, E. S. The risks of commodifying poverty: rural communities, quilombola identity, and nature conservation in Brazil. **Habitus**, v. 5, n. 2, p. 355-373, 2007.

PEREIRA, P. F.; SCARDUA, F. P. Espaços territoriais especialmente protegidos: conceito e implicações jurídicas. **Ambiente & Sociedade**, v. XI, n. 1, p. 81-97, 2008.

PERNAMBUCO. **Lei n. 14.728, de 11 de julho de 2012**. Denomina de Rodovia Empresário Cirilo Henrique de Araújo, a VPE – 280, que liga a Sede do Município de Buíque ao Parque Nacional do Catimbau, Agreste Pernambucano. Recife, PE: Palácio do Campo das Princesas, [2012]. Disponível em: <http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=4578>. Acesso em: 25 out. 2019.

PRADO, R. M. As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. **Horizontes Antropológicos**, v. 9, n. 20, p. 205-224, 2003.

QUINTÃO, A. T. B. Evolução do conceito de Parques Nacionais e sua relação com o processo de desenvolvimento. **Brasil Florestal**, v. 54, p. 13-28, 1983.

ROCHA, L. G. M.; DRUMMOND, J. A.; GANEM, R. S. Parques nacionais brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 205-226, 2010.

RYLANDS, A. B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, p. 27-35, 2005.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamand, 2009.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SANDRONI, L. T.; CARNEIRO, M. J. T. “Conservação da biodiversidade” nas ciências sociais brasileiras: uma revisão sistemática de 1990 a 2010. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 3, p. 21-46, 2016.

SANTANA, P. N.; VALENÇA, S.; RAMOS, D.; NASCIMENTO, A. C. L.; SOARES, I. C. S. Percepção de moradores e visitantes sobre o gerenciamento do parque nacional do Catimbau (Pernambuco, Brasil). **Journal of Perspectives in Management – JPM**, v. 3, n. 1, p. 2-16, 2019.

SANTOS, B. de S. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, B. de S; M. P. MENESES. (Organizadores). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

SINAY, L.; SINAY, M. C. F.; CARTER, R. W.; PASSOS, F. V. A. Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: um estudo de caso brasileiro de 15 anos de mudança cultural. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. 1-20, 2019.

SILVA, J. H.; MAIA, F. B. A. O turismo no Parque Nacional do Catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. **Turismo – Visão e Ação**, v. 10, p. 204-220, 2008.

SILVA, J. H.; PIRES, M. L. L. S. Associativismo em áreas protegidas: restrições e possibilidades na experiência dos guias de turismo do Catimbau, Pernambuco. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 2, p. 169-186, 2016.

SILVA JR., E. D. **Levantamento do potencial geoturístico do Parque Nacional do Catimbau – como subsídio para criação de um futuro geoparque**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.

SOARES, J. A. S.; ALENCAR, L. D. de; CAVALCANTE, L. P. S.; ALENCAR, L. D. Impactos da urbanização desordenada na saúde pública: leptospirose e infraestrutura urbana. **Polêmica**, v. 13, n. 1, p. 1006-1020, 2014.

VALLEJO, L. R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Geographia**, v. 4, p. 57-78, 2009.

## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **1 BLOCO BÁSICO**

- 1.1 Nome completo:
- 1.2 Número de telefone, com operadora:
- 1.3 E-mail:
- 1.4 Endereço:
- 1.5 Idade:
- 1.6 Gênero:
- 1.7 Estudou formalmente até o ano/a série:

### **2 TRABALHO**

- 2.1 Há quanto tempo o(a) sr(a). mora na Vila do Catimbau?
- 2.2 Com o quê o(a) sr(a). trabalha?
- 2.3 Há quanto tempo o(a) sr(a). trabalha com isso?
- 2.4 A criação da UC mudou algo na forma como o(a) sr(a). trabalha?
  - 2.4.1 Caso sim ou não, por quê?
  - 2.4.2 Caso sim, o quê?
    - 2.4.2.1 Como esse trabalho era realizado antes e como é realizado hoje?
- 2.5 A criação da UC provocou mudança(s) no trabalho realizado por outras pessoas que o(a) sr(a). conhece?
  - 2.5.1 Caso sim, qual(is)?
    - 2.5.1.1 Caso sim, o que essas pessoas fazem agora, ou seja, com o que elas trabalham?
- 2.6 O(A) sr(a). acha que as mudanças que ocorreram após a criação da UC foram benéficas?
  - 2.6.1 Caso sim, quais foram as mudanças?
  - 2.6.2 Caso sim, por quê?

### **3 RELACIONAMENTO ENTRE A COMUNIDADE**

- 3.1 Era comum as pessoas da vila mudarem-se para outros municípios/estados antes da criação da UC?

- 3.1.1 Caso sim ou não, o sr(a). acha que o número de pessoas que vão embora aumentou?
- 3.1.2 Caso sim, em sua opinião, por que isso aconteceu?
- 3.2 Era comum pessoas de outros municípios/estados mudarem-se para a vila antes da criação da UC?
- 3.2.1 Caso sim ou não, o(a) sr(a). acha que o número de pessoas que vêm de fora, para morar, aumentou?
- 3.2.1.1 Caso sim, em sua opinião, por que isso aconteceu?
- 3.2.1.2 Caso sim, o(a) sr(a). acha que isso é bom ou ruim?
- 3.2.1.2.1 Caso haja respostas, por quê?
- 3.3 Como eram as relações entre os moradores antes da criação da UC e como são agora?
- 3.4 A chegada de novos residentes provoca(ou) mudanças nas relações entre os moradores?
- 3.4.1 Caso sim, quais são(foram) as mudanças?
- 3.4.2 Caso sim, o(a) sr(a). acha que estas são benéficas para os moradores e para a vila?
- 3.5 As pessoas que vêm de fora, para morar, costumam ter hábitos e costumes muito diferentes dos hábitos e costumes da população local?
- 3.5.1 Caso sim, pode citar exemplos?
- 3.5.2 Caso sim ou não, o(a) sr(a). acha que isso é bom ou ruim?
- 3.5.2.1 Caso haja respostas, por quê?
- 3.5.3 Caso haja respostas, como o(a) sr(a). e os demais moradores lidam com essas diferenças?

#### **4 VISITAÇÕES**

- 4.1 O VC já recebia visitas antes da criação da UC?
- 4.1.1 Caso sim, como eram as visitas antes?
- 4.2 O(A) sr(a). acha que as visitas aumentaram após a criação da UC?
- 4.2.1 Caso sim, em sua opinião, por que isso aconteceu?
- 4.2.2 Caso sim, como são as visitas hoje?
- 4.3 O que o(a) sr(a). acha das visitas de gente de fora?
- 4.3.1 Caso haja respostas, por quê?
- 4.4 O(A) sr(a). interage de alguma forma com os visitantes?
- 4.5 Há na VC muitas pessoas que interagem com os visitantes?

- 4.6 O(A) sr(a). conhece alguém que interage com os visitantes?
- 4.6.1 Caso sim, o(a) sr(a). acha que essa interação é benéfica?
- 4.6.1.2 Caso sim ou não, por quê?
- 4.6.2. Caso sim, essas pessoas conseguem manter-se somente com os recursos advindos dessa interação ou precisam de outra(s) fonte(s) de renda? Qual(is)?
- 4.7 Os visitantes costumam ter hábitos e costumes muito diferentes dos da comunidade?
- 4.7.1 Caso sim, como o(a) sr(a). e os demais moradores lidam com essas diferenças?
- 4.7.2 Caso sim, o(a) sr(a). acha que os visitantes interferem de alguma forma nos hábitos e costumes da comunidade?
- 4.8 O(A) sr(a). gostaria de mudar-se da VC algum dia?
- 4.8.1 Caso sim ou não, por quê?
- 4.8.2 Caso sim ou não, para onde?
- 4.9 O que o(a) sr(a). acha que falta na VC, que poderia melhorar as condições de vida para a comunidade?
- 4.9.1 Caso haja respostas, por quê?
- 4.10 O que o(a) sr(a). acha que falta na VC, que poderia melhorar as condições de vida para os visitantes?
- 4.10.1 Caso haja respostas, por quê?
- 4.11 O(A) sr(a). acha que a implantação da estrada asfaltada foi benéfica para o VC?
- 4.11.1 Caso sim ou não, por quê?
- 4.12 O(A) sr(a). acha que após a implantação da estrada asfaltada houve algum aumento no número de visitantes?
- 4.12.1 Caso sim, em sua opinião, por que isso ocorreu?

## **5 QUESTÕES AMBIENTAIS**

- 5.1 O(A) sr(a). teve(terá) que mudar de residência após a criação da UC, por imposição dos órgãos ambientais?
- 5.2 O(A) sr(a). conhece alguma família que teve(terá) que mudar de residência após a Criação da UC, por imposição dos órgãos ambientais?
- 5.2.1 Caso sim, para onde ela(s) irá(ão)?
- 5.2.2 Caso sim, as famílias foram(serão) indenizadas?
- 5.3 O(A) sr(a). conhece alguma família que teve que mudar de residência e foi

- indenizada?
- 5.4 O(A) sr(a). conhece alguma família que teve que mudar de residência e ainda aguarda indenização?
- 5.4.1 Caso sim, em sua opinião, por que isso ocorreu?
- 5.5 A população local respeita as restrições impostas pela legislação ambiental?
- 5.5.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.6 Há, na VC, alguma forma de fiscalização e controle quanto ao respeito às restrições ambientais?
- 5.6.1 Caso sim, por quem essa fiscalização e controle são feitos?
- 5.7 O(A) sr(a). já foi punido ou advertido por descumprir alguma restrição ambiental?
- 5.8 O que o(a) sr(a). acha das restrições ambientais?
- 5.8.1 Caso haja respostas, por quê?
- 5.9 O(A) sr(a). concorda com a imposição de restrições ambientais?
- 5.9.1 Caso haja respostas, por quê?
- 5.10 O(A) sr(a). acha que deveria haver alguma flexibilização das restrições ambientais?
- 5.10.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.11 O(A) sr(a). concorda com a redução dos limites do PNC?
- 5.11.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.12 O(A) sr(a). acha que a redução das restrições ambientais traria benefícios econômicos?
- 5.12.1 Caso sim, para quem?
- 5.12.2 Caso sim ou não, por quê?
- 5.13 O(A) sr(a). acha que a redução das restrições ambientais traria consequências ecológicas negativas — da conservação do meio ambiente?
- 5.14.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.14.2 Caso sim ou não, o(a) sr(a). concorda com a flexibilização das restrições ambientais?
- 5.14.2.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.15 O(A) sr(a). concorda com a redução dos limites do PNC?
- 5.15.1 Caso sim ou não, por quê?
- 5.16 Como o(a) sr(a). imagina o futuro em relação ao PNC?
- 5.16.1 Caso haja respostas, por quê?